

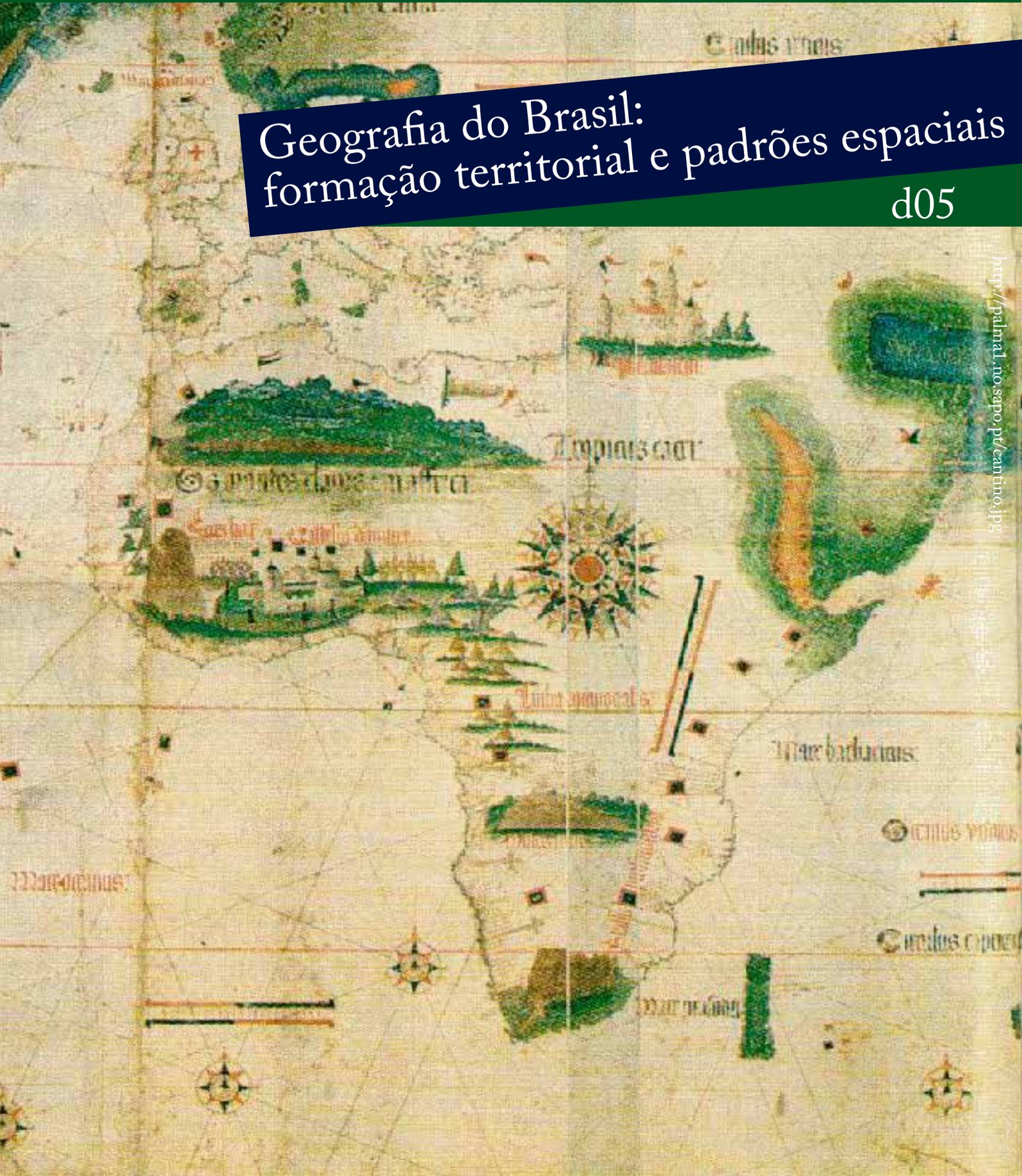
Rede São Paulo de

# Formação Docente

Cursos de Especialização para o quadro do Magistério da SEESP  
Ensino Fundamental II e Ensino Médio

Geografia do Brasil:  
formação territorial e padrões espaciais

d05



Rede São Paulo de

# Formação Docente

Cursos de Especialização para o quadro do Magistério da SEESP  
Ensino Fundamental II e Ensino Médio

São Paulo  
2012

© 2012, BY UNESP - UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA

## PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO

Rua Quirino de Andrade, 215  
CEP 01049-010 – São Paulo – SP  
Tel.: (11) 5627-0561  
www.unesp.br

## SECRETARIA ESTADUAL DA EDUCAÇÃO DE SÃO PAULO (SEESP)

Praça da República, 53 - Centro - CEP 01045-903 - São Paulo - SP - Brasil - pabx: (11)3218-2000

### Produção Gráfica

Lili Lungarezi

### Produção Audiovisual

Pamela Bianca Gouveia Túlio

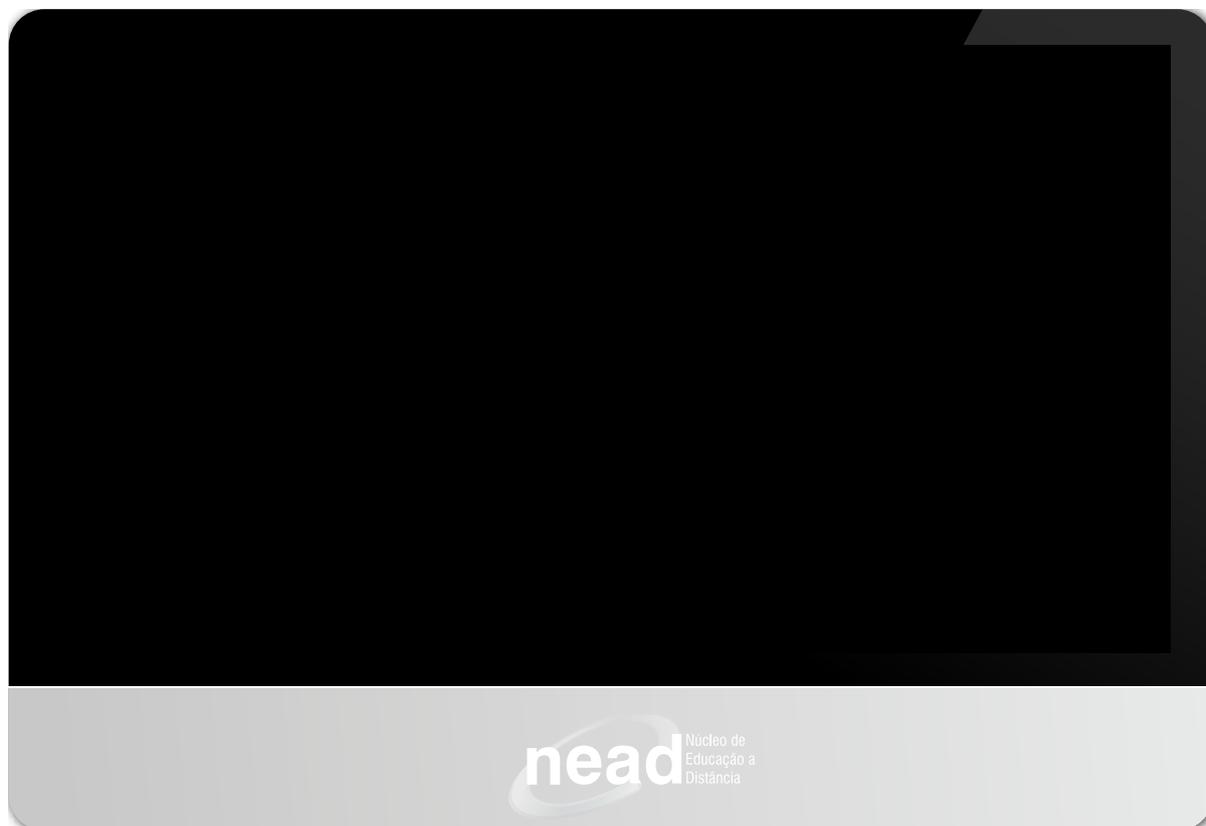
# Rede São Paulo de Formação Docente

Cursos de Especialização para o quadro do Magistério da SEESP  
Ensino Fundamental II e Ensino Médio

# Sumário

A América Portuguesa e o Brasil.....	5
O Império e a construção da unidade.....	14
A República Federativa do Brasil: fronteiras e limites .....	22
Região e Regionalização .....	30
A natureza na formação territorial do Brasil.....	39
Referências .....	48

# A América Portuguesa e o Brasil



## Um início de conversa

De acordo com o geógrafo Antônio Carlos Robert Moraes, a formação territorial da América Portuguesa é marcada pela ideia de conquista e apropriação de imensos “fundos territoriais”, tal como já havia ocorrido na história de Portugal (MORAES, 2000). A unificação precoce do Estado português, assim como, mais tarde, a unidade política dos territórios coloniais portugueses, foi consolidada no processo de apropriação e valorização desses fundos. A análise dessas raízes da formação territorial da América Portuguesa permitirá o aprofundamento dos estudos do território nacional.

## Portugal e os “fundos territoriais”

No século VIII, o conjunto da península Ibérica foi dominado pelos muçulmanos. A Guerra da Reconquista, termo que recobre cinco séculos de combates até a retomada de toda a península e a definitiva expulsão dos árabes, teve início com o reino cristão das Astúrias, no século XI. Ao longo dos séculos XI e XII, as vitórias cristãs originaram os reinos de Leão, Castela, Navarra e Aragão. Portugal, originalmente um condado de Leão, proclamou a sua independência em 1128. Em 1147 as forças portuguesas reconquistavam Lisboa, transformando a cidade em capital do reino.

No século seguinte à retomada de Lisboa, os portugueses continuaram avançando para o sul do Rio Tejo, até a extremidade meridional da península. Em 1249 caía o último bastião dos mouros no Algarve. Portugal se tornou o primeiro Estado europeu a delimitar suas fronteiras atuais.

A guerra foi um elemento permanente da constituição de Portugal. As lutas contra Leão e Castela, no início, e as lutas da Reconquista em seguida conferiram à monarquia portuguesa uma centralização de poder desconhecida na Europa Medieval, em grande parte fundada na expansão dos fundos territoriais. A projeção para o sul, em terras retomadas dos mouros, propiciava uma ampliação constante dos domínios reais; os novos domínios incorporados eram colonizados através de um vasto esquema de doações de terras da Coroa para a nobreza, que se tornava cada vez mais dependente do poder central. Os camponeses pagavam os tributos aos proprietários em dinheiro, constituindo uma economia monetária pioneira.

A partir do século XIV as cidades costeiras, principalmente Lisboa e Porto, passaram a funcionar como pontos de ligação das rotas comerciais italianas do Mediterrâneo com as rotas holandesas do Mar do Norte. A posição geográfica de Portugal o transformava na ponte entre a Europa do sul e a Europa do norte. No século XV Lisboa atingia os 40.000 habitantes e se firmava como um centro destacado do comércio internacional.

O desenvolvimento comercial, a vida urbana e a economia monetária estão na origem de uma burguesia marítima e mercantil, que seria capaz de chegar ao poder ainda no século XIV, com a Revolução de Avis (1383). A Revolução, que levou ao trono D. João I, o Mestre de Avis, representou uma vitória da burguesia lisboeta, dos negócios comerciais e da navegação oceânica.

## 1.2. A expansão marítima

A primeira fase da expansão marítima portuguesa, na metade inicial do século XV, se estende da tomada de Ceuta até o início da colonização das ilhas atlânticas, em 1460. Essa fase da expansão combina os interesses cruzadistas da nobreza, voltada para a guerra contra os infiéis e saudosa da Reconquista, com os interesses comerciais da burguesia, ávida pelo ouro e pelas riquezas da África.

A tomada de Ceuta é o marco oficial do início da aventura marítima. Depois de Ceuta vieram as ilhas da Madeira e os Açores: arquipélagos descobertos (ou, mais precisamente, redescobertos) por embarcações portuguesas a serviço de D. Henrique, o Navegador. Em 1434, Gil Eanes ultrapassava o Bojador e abria o caminho do Senegal e da Gâmbia, fontes de ouro e escravos. Cabo Verde, arquipélago que viria a ter uma função estratégica no caminho do Atlântico Sul, seria ocupado pouco depois da metade do século XV.

Instalado no Algarve, o Infante D. Henrique, filho do rei D. João, estimulou o desenvolvimento náutico e funcionou como embaixador da burguesia marítima junto à Coroa. Na ponta de Sagres, reuniu navegadores, astrônomos, geógrafos, matemáticos e cartógrafos de vários pontos da Europa, ajudando a criar as condições para as fases seguintes da expansão marítima lusitana. O pórtico da Escola de Sagres, fundada em 1417, trazia como inscrição o verso de Virgílio: “Navegar é preciso, viver não é preciso”. Desde o Infante, a navegação portuguesa incorporava novos conhecimentos científicos, que a colocavam num patamar muito superior aos concorrentes europeus.

O início do reinado de D. João II, em 1481, assinala um novo impulso para as navegações portuguesas. As duas décadas anteriores tinham sido consumidas na exploração do ouro do litoral da Guiné (a famosa “Costa da Mina”) e em dispersivos e dispendiosos ataques contra redutos muçulmanos na África do Norte.

D. João II refreou o espírito cruzadista da nobreza e colocou as novas riquezas africanas a serviço do grande objetivo representado pela descoberta do caminho oceânico para as Índias. O projeto do “périplo africano” tinha como objetivo deslocar o comércio das especiarias do Mediterrâneo (rota dominada pelas caravanas árabes e pelos mercadores italianos) para o Atlântico, onde deveria se estabelecer o monopólio lusitano.

Diogo Cão e Bartolomeu Dias foram os grandes navegadores dessa fase. O primeiro atingiu a foz do Rio Congo e, pouco depois, explorou o litoral do que hoje é Angola. O segundo, numa viagem memorável, refez o percurso de Diogo Cão e seguiu em frente. Possivelmente enfrentou tempestades e perdeu de vista a costa africana. Então, influiu para oriente e tomou rumo norte. Quando avistou novamente a costa, tinha cruzado o Cabo das Tormentas (que ganharia o nome de Cabo da Boa Esperança). Nesse ponto, sua tripulação o fez voltar. Estava aberta a porta das Índias e das especiarias. Veja o mapa do périplo africano.



*Imagem: Mapa do périplo africano*

*Disponível em: <http://www4.fct.unesp.br/raul/need/>*

8

Como sabemos, foi Cristovão Colombo, um genovês a serviço dos reis católicos, que primeiro aportou na América, no mesmo ano em que finalmente os mouros foram derrotados em Granada e expulsos totalmente da península. Colombo, porém, não sabia o que tinha descoberto ao aportar nas Bahamas. Ele pensava que as ilhas onde estivera fossem parte das Índias.

Portugal, ao contrário, separava nitidamente a exploração do ocidente da descoberta do Caminho das Índias, sua meta principal. Entre os navegadores lusos, estava claro que o caminho mais curto para as Índias ambicionadas passava pelo Cabo das Tormentas. Foram os portugueses que concluíram que existiam terras a ocidente e que essas terras nada tinham a ver com as Índias. Desde então, a Coroa portuguesa usaria de toda a sua sagacidade para controlar a rota para as Índias e as terras a serem descobertas no lado ocidental do Atlântico.

O Tratado de Tordesilhas — precedido pelo Tratado de Toledo e pela Bula Inter Coetera — prova que Portugal sabia perfeitamente o que queria.

O Tratado de Toledo, firmado muito antes da expedição de Colombo, dava a Portugal todas as terras a serem descobertas ao sul das Canárias, garantindo o controle luso sobre a costa africana e sobre o Caminho das Índias.

As ilhas descobertas por Colombo em 1492 no Mar do Caribe estavam situadas ao sul das Canárias, para desespero da Espanha. Os reis católicos solicitaram então ao papa que procedesse a uma divisão do mundo entre os dois reinos de forma tal a assegurar à Espanha o controle sobre as novas terras do ocidente. Dessa solicitação surgiu a Bula Inter Coetera, que dava à Espanha as terras a descobrir a ocidente de um meridiano distante 100 léguas para oeste do Arquipélago de Cabo Verde.

Portugal recusou a mediação papal e entabulou tensas negociações com a Espanha, que redundaram na assinatura do Tratado de Tordesilhas. Assim, Lisboa assegurava-se do controle de todas as terras a descobrir a oriente de um meridiano mais afastado, 370 léguas para oeste de Cabo Verde (fig.1).



Figura 1 -

*Tratado de Tordesilhas: linha de demarcação*

*Disponível em:*

<http://acd.ufjf.br/fronteiras/mapas/tordesilhas.gif>

Depois de Tordesilhas, a “descoberta” era inevitável. Vasco da Gama não refez o itinerário litorâneo de Bartolomeu Dias para as Índias. Conhecida a disposição da costa africana, preferiu uma trajetória em arco cortando o Atlântico Sul. Para aproveitar os ventos alísios do Atlântico, velhos conhecidos dos portugueses, passou três meses sem avistar terra. Essa rota, chamada “grande salto”, cumpria uma função adicional: além de evitar as tempestades e calmarias costeiras, representava uma exploração do “outro lado” do Atlântico, onde presumivelmente estavam terras atribuídas a Portugal pelo Tratado de Tordesilhas.

Três anos após a partida de Vasco da Gama, zarpuu a armada de Cabral. Sua frota de treze embarcações — a maior jamais organizada — tinha como meta consolidar o monopólio português da rota oceânica para as Índias. Mas, como Vasco da Gama, Cabral “barlaventeou”, traçando um arco ainda mais rombudo que o de seu predecessor. O “grande salto” trouxe Cabral às costas do território que hoje pertence ao Brasil.

## Organização política e administrativa das terras “do outro lado”

A vigência da soberania política e jurídica da Coroa lusitana sobre as terras a leste do Meridiano de Tordesilhas fazia delas uma seção descontínua do território português. Essa condição de dependência direta durou até a transferência da Corte para o Rio de Janeiro, em 1808, embora já tivesse começado a ser alterada em 1721, quando foi oficializado o Vice-Reino do Brasil.

A colonização dessas terras não foi, na sua origem, um empreendimento de base econômica, mas uma imposição geopolítica. As primeiras décadas após a chegada de Cabral caracterizaram-se por uma atividade muito intensa dos comerciantes e corsários franceses, que estabeleceram relações com grupos indígenas da costa, iniciando um lucrativo escambo de pau-brasil. Em contraste, as expedições exploratórias a serviço da Coroa lusa limitaram-se a percorrer trechos do litoral estabelecendo feitorias isoladas que organizavam a coleta dos toros de pau-brasil.

A expedição de Martim Afonso de Sousa, que deixou Lisboa em 1531, inaugurou uma nova política da Coroa: a colonização das novas terras, por meio da ocupação e da organização política. Martim Afonso distribuiu as primeiras **sesmarias** a colonos portugueses e o seu relatório a D. João III parece ter sido decisivo para a implantação das **capitanias hereditárias**.

## saiba mais

**Sesmaria** - gleba de terra concedida para uso de colonos, que consistiria numa subdivisão da capitania, com o objetivo de que fosse aproveitada. Os capitães-donatários eram obrigados a distribuir 80% das terras como sesmarias

**Capitanias Hereditárias** - grandes faixas de terra, que iam da costa até a linha do Tratado de Tordesilhas, doadas aos capitães-mores mediante um documento chamado “carta de doação”. Os capitães também eram chamados de donatários, uma vez que recebiam títulos de governadores de suas posses.

As capitanias eram hereditárias porque podiam ser transferidas aos herdeiros dos donatários.

As sesmarias, unidades elementares de apropriação do América Portuguesa, inspiraram-se na antiga legislação fundiária portuguesa do século XIV, destinada a promover o uso produtivo das terras agrícolas. A Lei das Sesmarias (1375) obrigava os proprietários a cultivarem as terras ou a cederem parte delas para usufruto dos camponeses.

Em Portugal, os sesmeiros eram homens da pequena nobreza, militares ou navegantes, que recebiam as suas glebas como recompensa por serviços prestados à Coroa. Ao tomarem posse das terras, ficavam obrigados apenas a fazê-las produzir em alguns anos (em geral cinco) e pagar o dízimo à Ordem de Cristo.

Na América Portuguesa, as sesmarias eram imensas, e seu cultivo demandava o controle sobre um número significativo de escravos. Assim, as sesmarias foram o embrião do latifúndio canavieiro, algodoeiro e pecuarista e, mais tarde, das fazendas de café e cacau. O modelo monocultor, escravista e exportador da agricultura colonial da América Portuguesa começava a tomar forma.

As capitanias hereditárias foram criadas em 1534-36. Elas representaram a primeira divisão político-administrativa do território colonial. Todo o Brasil português foi dividido em quinze capitanias (ou donatarias) com fachada litorânea desigual, medindo entre 10 e 100 léguas. A partir do litoral, linhas paralelas delimitavam a área das capitanias. (fig.2).



Figura 2 - Capitanias hereditárias

Disponível em: <http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/8/81/Capitanias.jpg>

O sistema de capitanias organizou o território colonial em unidades autônomas e desarticuladas entre si. Configurou uma opção pela descentralização político-administrativa. Entretanto, os donatários se revelaram incapazes de arcarem com os níveis de investimentos necessários e com as exigências postas pela defesa contra as incursões francesas. Ao mesmo tempo, a retração dos lucros portugueses no comércio de especiarias do Oriente e a descoberta das minas de ouro de Potosi na América espanhola, em 1545, estimularam a Coroa portuguesa a envolver-se diretamente no empreendimento colonial.

12

Em 1548, o Regimento de D. João III instituía o Governo-Geral, sistema de administração centralizada do Brasil português. O governador fiscalizava e auxiliava as capitanias, instalava

engenhos de açúcar, estimulava a exploração do sertão, o povoamento e a fundação de vilas. Principalmente, garantia a defesa da terra construindo fortes e promovendo alianças com os indígenas.

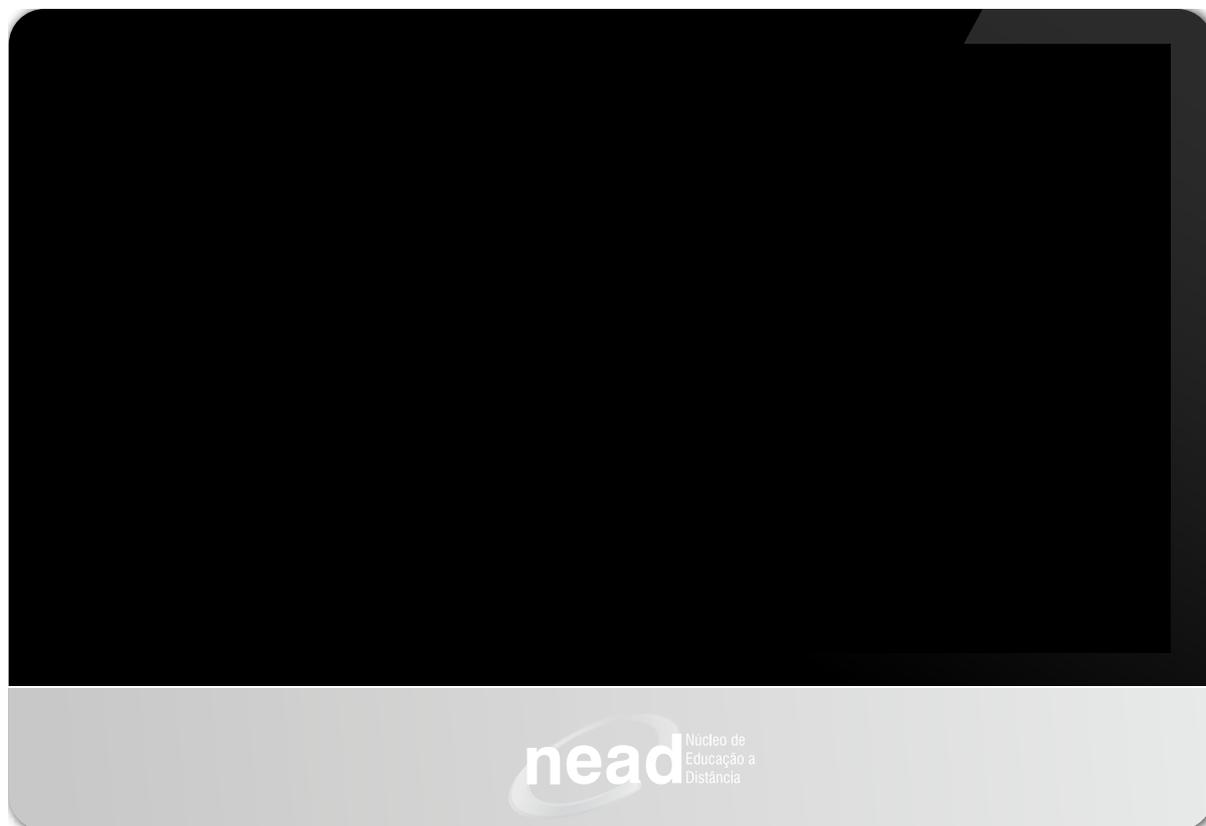
O governador-geral cercava-se de um aparelho administrativo articulado em torno de três figuras: o ouvidor-mor, encarregado da aplicação da Justiça, o provedor-mor, responsável pela arrecadação dos impostos e o capitão-mor da costa, coordenador da defesa do litoral. Começava a nascer um aparelho de Estado, subordinado à monarquia lusa. Salvador tornou-se a primeira sede do Governo-Geral, condição que perderia para o Rio de Janeiro apenas em 1763.

A legislação que regulava o poder local inspirou-se nas Ordenações Reais para a administração municipal portuguesa. A Alcaidaria era ocupada pelo capitão da vila, nomeado pelo donatário. A Câmara Municipal era formada por vereadores eleitos pelos “homens bons”, constituindo a base do poder das oligarquias locais.

As câmaras municipais tinham amplas prerrogativas. Definiam os preços dos produtos e o valor das moedas, lançavam impostos, aceitavam ou recusavam funcionários nomeados pela Coroa e legislavam sobre o comércio regional. Algumas chegaram a ter representantes em Lisboa, estabelecendo relações diretas com a Coroa.

Nas câmaras encontra-se a origem dos privilégios e do poder descentralizado dos grandes proprietários de terra. Elas refletiam uma interpenetração do interesse privado e do interesse público ou, o que dá no mesmo, uma subordinação e manipulação da administração pública pela propriedade privada da terra.

# O Império e a construção da unidade



## Um início de conversa

Apresentando o texto sobre as “Memórias da Balaiada”, de autoria de Gonçalves de Magalhães e publicada originalmente na Revista do Instituto Histórico e Geográfico, Luiz Felipe de Alencastro sintetiza o problema colocado pela unidade nacional e territorial brasileira. Parodiando o texto de Magalhães, afirma que:

O balaio de cocos provinciais atado ao cetro carioca sacudiu-se por décadas, ameaçando se esborrachar nas praias do Atlântico, num ribombo parecido com o que ecoava no Pacífico quando implodiam os vice-reinos espanhóis. Entretanto, o processo histórico materializado na unidade mantida do vice-reino português desaparece nas brumas do passado, como se a questão tivesse sido solucionada de vez em 1822, ou melhor ainda, em 1808. (ALENCASTRO<sup>1</sup>, 1989, p. 7).

14

1 O documento original é de 1848. Conferir bibliografia.

Como veremos, o processo histórico mencionado foi em grande parte conduzido pelo imperativo territorial, fundamento da unidade e da identidade que se pretendia construir. Articular o agregado colonial lusitano em torno de um centro de força “interiorizado” foi uma das tarefas cruciais postas aos agentes centralizadores da elite imperial. Transfigurada inúmeras vezes, essa tarefa continuaria em pauta para a elite brasileira durante séculos, até que a industrialização criasse as condições efetivas para a sua realização.

## 2.1 – A ideologia do Brasil-Colônia

Em muitas das obras voltadas para a divulgação da história brasileira, o “balaio de coco provinciais” é apresentado como um enigmático Brasil-Colônia, corpo político e territorial relativamente coeso, depositário do germe do futuro Estado independente. Contudo, esse corpo político e territorial jamais chegou a se constituir. A América portuguesa era fragmentada praticamente em diferentes colônias, cujos contornos territoriais flutuaram em função das estratégias de administração adotadas pela metrópole. O geógrafo André Roberto Martins considera que o emprego do termo ‘Brasil’ nesse contexto já induz a erro, pois é como se ele existisse desde sempre, “cumprindo um papel predestinado” (MARTINS, 1991).

O historiador Luiz Felipe de Alencastro, por sua vez, afirma que não existe continuidade possível entre o território colonial e a história nacional, já que a colonização portuguesa não gerou um corpo político e territorial articulado, mas estabeleceu um “arquipélago lusófono”, composto pelos diversos enclaves da América portuguesa (a zona de produção escravista) e pelas feitorias de Angola (a zona de reprodução de escravos). Este arquipélago, segundo ele, se constituiria em um “espaço aterritorial” (ALENCASTRO, 2000). Nesta perspectiva, a desagregação colonial seria um reflexo da bipolaridade social e econômica instituída pela colonização da América Lusitana, já que o “pulmão” das atividades produtivas ali instaladas eram as feitorias africanas. Os sólidos vínculos estabelecidos no eixo do Atlântico Sul formavam a outra face da fragmentação das terras luso-americanas.

De uma forma ou de outra, o longo processo de formação territorial do Brasil, que soldou o corpo político do país e manteve unido o “balaio de cocos provinciais”, foi desencadeado a partir de um momento de ruptura, não apenas das relações com a metrópole, mas também dos vínculos seculares que amarravam as possessões lusitanas dos dois lados do Atlântico. Esse

processo envolveu um ambicioso projeto político, que tinha como horizonte a construção da nação, da sociedade e do território brasileiros.

## 2.2 – O território no Império Luso-Americano

Em muitos sentidos, a chegada da Corte portuguesa, ocorrida em 1808, representa um ponto de inflexão importante em direção ao processo de formação do território brasileiro. Neste momento, instaura-se finalmente uma rede de subordinações, comandada por um centro de forças interiorizado, representado pelo Rio de Janeiro, nova capital de todo o Estado Português, e não apenas de seus enclaves americanos. Transformada em “metrópole interiorizada”, a Corte portuguesa instalada no Rio de Janeiro assumia a função de dominar, controlar e explorar o conjunto das possessões existentes no continente.

Entretanto a unidade nacional e territorial do vice-reino do Brasil não poderia estar garantida a priori nesse momento. O território real trazia as marcas dos séculos de colonização, sob a forma de uma complexa trama de interesses regionais forjados em cada um dos enclaves, que se traduziam em conflitos contra a estratégia centralizadora da Corte.

No plano do território, o processo de centralização envolveu a abertura de caminhos interiores, necessários para iniciar o processo de integração entre as diversas capitânicas. Maria de Lourdes Viana Lyra aponta o esforço realizado neste sentido:

“Empenhava-se o governo em uma prática que, por três séculos, havia sido evitada. A abertura de novas estradas ou melhoria das antigas vias de acesso ao Rio de Janeiro e a imediata providência sobre a comunicação entre o Rio de Janeiro e o Pará são exemplos de medidas objetivas na prática criadora de elos de união do todo, até então chamado genericamente Brasil”. (LYRA, 1994).

Essas iniciativas implicaram em obras relativamente custosas – tais como a construção de pontes e a abertura de caminhos terrestres margeando os pontos intransitáveis dos rios.

Se o objetivo passa a ser o da integração, até mesmo a situação geográfica da capital passa a ser frequentemente questionada. Escrevendo de Londres, no Jornal “O Correio Brasiliense”, em 1813, Hipólito José da Costa já atenta para a inadequação do Rio de Janeiro como capital

do futuro império do Brasil. Retomando as mitologias medievais acerca do paraíso terreno, ele propõe que a sede do novo império seja deslocada para o “interior central”, de onde partiriam as rotas e caminhos destinados a estruturar o território em torno de um mesmo ponto de convergência:

O Rio de Janeiro não possui nenhuma das qualidades que se requerem da cidade que se destina a ser a capital do império do Brasil; e se os cortesãos que para ali foram tivessem assaz patriotismo (...) se iriam estabelecer em um país do interior central, e imediato à cabeceira dos grandes rios, edificariam ali uma nova cidade; começariam por abrir estradas que se dirigissem a todos os portos do mar e removeriam os obstáculos naturais que têm os diferentes rios navegáveis, e assim lançariam os fundamentos do mais extenso, ligado, bem defendido e poderoso império, que é possível que exista na superfície do globo no estado atual das nações que o povoam. Este ponto central se acha nas cabeceiras do famoso Rio São Francisco. Em suas vizinhanças estão as vertentes de caudalosos rios, que se dirigem ao Norte, ao Sul, ao Nordeste, ao Sudeste, vastas campinas para a criação de gados, pedras em abundância para toda a sorte de edifícios, madeira de construção para todo o necessário, e minas riquíssimas de toda a qualidade de metais; em uma palavra, uma situação que se pode comparar com a descrição que temos do paraíso terreal (LYRA, 1994, p. 127).

No início do século XIX, enquanto o território real mal começava a ser conhecido e mapeado, a “utopia do poderoso império” era fortemente assentada em um imaginário, que articulava solidamente “Norte, Sul, Nordeste e Sudeste” em torno de um ponto central, pleno de potencialidades futuras.

Entretanto, as identidades regionais, herdeiras da colonização, ainda eram poderosas e ameaçadoras. A insurreição pernambucana de 1817, por exemplo além de mostrar que o canto de sereia do poderoso império luso-brasileiro centrado no Rio de Janeiro não era capaz de seduzir o conjunto das elites regionais, deu origem a uma república com bandeira, hinos e leis próprias, sem quaisquer referência ao Brasil. Na fala dos revoltosos, o Brasil não era mais do que as “províncias deste vasto continente”, sem quaisquer unidade ou identidade.

Esta mesma duplicidade iria aparecer após a vitória da Revolução Liberal do Porto, em 1820, no contexto da reunião das Cortes de Lisboa, destinadas a traçar os novos rumos do império.

José Bonifácio de Andrada e Silva, integrante do grupo de reformistas ilustrados liderado por dom Rodrigo de Souza Coutinho, era em 1821 vice-presidente da junta provisória de São Paulo. O programa que escreveu para os deputados paulistas demonstra sua intenção de modernizar o conjunto do Estado Português, mas dedica particular atenção ao plano de integração do território luso-americano. Assim, propunha que a função de capital do império fosse revezada entre Lisboa e uma cidade “interior”, a ser edificada:

“Parece-nos também muito útil que se levante uma cidade central no interior do Brasil, para assento da corte ou da regência, que poderá ser na latitude pouco mais ou menos de 15°, em sítio sadio, ameno, fértil, e regado por um rio navegável. Deste modo, fica a corte ou o a regência livre de qualquer assalto e surpresa externa; e se chama para as províncias centrais o excesso de população vadia das cidades marítimas e mercantis. Desta corte central dever-se-ão logo abrir estradas para as diversas províncias e portos do mar, para que se comuniquem e circulem com toda a prontidão as ordens do governo e se favoreça por ela o comércio interno do vasto império do Brasil.” (SILVA, 2003).

Note-se que as relações entre a sede do poder e o conjunto do território são mais uma vez consideradas determinantes, ainda que ganhem novos contornos: muito longe dos argumentos mitológicos de Hipólito da Costa, José Bonifácio ressalta os vários significados estratégicos da cidade capital a ser erguida: a defesa, o incentivo a formação de novos núcleos interiorizados de povoamento, e, principalmente, a integração entre as províncias.

Mas a integração não está sequer no horizonte da maior parte dos deputados provinciais do Norte e Nordeste enviados às Cortes lisboetas: para eles, o importante era garantir a autonomia de “suas” regiões.

De qualquer maneira, o desenvolvimento dos trabalhos mostrou que não havia como conciliar a diversidade de interesses e projetos – que se delineavam tanto em Portugal quanto nas províncias luso-americanas – em torno da construção do “poderoso império luso-brasileiro”. O resultado, como se sabe, foi o rompimento.

## 2.3 – O Império Brasileiro: escravismo e fundos territoriais

A partir da Independência, mais do que nunca, estava em jogo a transformação do agregado colonial em um único corpo político, o império brasileiro. O próprio dom Pedro trata de estabelecer os novos limites do império – Do Amazonas ao Prata – e de afirmar a importância da unidade e integridade do território como fundamento constituinte da nação e da identidade brasileiras.

*Que nos resta pois, brasileiros? Resta-nos unir-nos em interesse, em amor, em esperanças, fazer entrar a augusta Assembléia do Brasil no exercício de suas funções para que, meneando o leme da razão e da prudência, haja de evitar os escolhos que nos mares das revoluções apresentaram desgraçadamente França, Espanha e o mesmo Portugal. [...] Não se ouça pois outro grito que não seja – união. Do Amazonas ao Prata não retumbe outro eco que não seja – independência. Formem todas as províncias o feixe misterioso que nenhuma força pode quebrar (LYRA, 1994, p. 146)*

No “país real”, porém, não era nem poderia ter sido em nome de vínculos nacionais, que ainda não existiam, e muito menos da “liberdade brasileira”, que se formaria entre as elites provinciais – os “brasileiros” do discurso do príncipe – “o feixe misterioso, que nenhuma força pode quebrar”. Ao contrário. O império se manteria unido exatamente em nome da falta de liberdade de grande parte de seus habitantes: os escravos.

O escravismo foi a solda que uniu as oligarquias regionais brasileiras. O interesse compartilhado na manutenção do trabalho cativo e do tráfico negreiro era ameaçado pela campanha internacional britânica contra o comércio de escravos. O Estado imperial centralizado funcionou como instrumento diplomático para enfrentar as pressões britânicas, conseguindo sustentar o tráfico até 1850 e a escravidão até 1888. Para a minoria branca de proprietários, a acomodação das divergências em torno da figura do imperador nasce como expressão de um pacto social fundamentado na e pela exclusão.

A Assembléia Constituinte de 1823 representou a primeira tentativa de organização do arcabouço institucional do império recém criado. Em que pese a diversidade de seus projetos e perspectivas, pode-se dizer que as elites regionais se uniam na busca do equilíbrio entre um

poder centralizado - que cuidasse da ordem social interna - e uma ampla autonomia provincial - necessária para a manutenção de suas prerrogativas no plano da economia e da política. A maior parte das províncias - com exceção de Maranhão, Pará e Rio Negro e da recém incorporada Cisplatina - enviou seus representantes para os trabalhos parlamentares.

Mas um equilíbrio nestes termos não interessava a dom Pedro. Ainda em 1823 a Constituinte foi dissolvida e, no ano seguinte, seria outorgada pelo imperador a Carta destinada a reger os destinos do império. Nela, a proposta de centralização se materializa em pontos fundamentais: além de instituir o poder moderador, a vitaliciedade do senado e o veto imperial, a Carta de 1824 previa que as províncias seriam administradas por um presidente, escolhido pelo governo central, e por um conselho eleito na própria província, mas destituído de qualquer autonomia efetiva. A partir de então, o Estado centralizado toma para si a tarefa de direcionar a marcha de apropriação dos imensos fundos territoriais disponíveis, por meio da abertura de novas rotas, da fundação de núcleos de povoamentos e de garantia de defesa das áreas em disputa. Assim como o escravismo, também a soberania sobre o território funcionava como elemento de legitimação do Estado Imperial.

Esse arranjo institucional não evitou contestações do poder central que, algumas vezes, geraram revoltas separatistas. A Confederação do Equador, liderada pela elite pernambucana em 1824 foi um movimento liberal e republicano que eclodiu durante o processo de implantação da monarquia. Depois, no período regencial (1831-1840), o enfraquecimento do poder central abriu espaço para revoltas populares claramente separatistas. A repressão sangrenta à Cabanagem (1835-40), que proclamou a independência do Pará, deixou 30 mil mortos. Na Bahia, a Sabinada (1837-38) também declarou a independência.

Porém, o mais duradouro movimento separatista foi conduzido por uma oligarquia regional marginalizada das estruturas de poder do Império. A Farroupilha eclodiu no Rio Grande do Sul em 1835 e chegou a formar a república de Piratini e, em Santa Catarina, a república Juliana. Tendo por foco as áreas de fronteiras meridionais, entrelaçou-se com os conflitos entre oligarquias platinas que sacudiam o Uruguai e a Argentina. O fim dos conflitos ocorreu em 1845, graças a um acordo entre o poder central e a elite gaúcha.

Entretanto, a construção da unidade exigiu mais que a repressão ao separatismo. Desde o início, a elite imperial dedicou-se à obra de produção de uma simbologia que fundamentasse

a unidade brasileira. Grande parte dessa tarefa coube ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), organizado em 1838 e presidido desde 1849 por D. Pedro. Foram os historiadores reunidos em torno do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro que produziram uma narrativa da história colonial, capaz de conferir organicidade e sentido ao passado nacional. Essa narrativa nacional é relativamente pobre em figuras heróicas, e se apoia fundamentalmente na grandeza do próprio território, desde o início eleito como um dos símbolos da unidade histórica e política do país. A formação da consciência nacional também esteve no horizonte da literatura romântica brasileira, mesmo em se tratando de um país de analfabetos. Aliás, é na constituição da nacionalidade no período do império que o romantismo brasileiro exerce sua maior influência. Assim como o projeto de construção do Estado, o projeto de nação encabeçado pelas elites brasileiras foi também pautado pela idéia de exclusão, o que deve soar no mínimo estranho para teóricos europeus acostumados a pensar a ideia de nação como o “plebiscito diário” de um povo.

# A República Federativa do Brasil: fronteiras e limites



## Um início de conversa

O Brasil possui o quinto mais extenso território do mundo, com área total de 8.514.876,599 km<sup>2</sup>. Suas fronteiras atuais estendem-se por 26.580 quilômetros, divididos em uma seção marítima de 10.959 e numa terrestre de 15.621 quilômetros.

A soberania do Estado aplica-se, integralmente, para o espaço atmosférico sobre o território e se estende sobre a faixa oceânica contígua nos termos da Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos do Mar (CNUDM) em vigor desde novembro de 1994 e atualmente ratificada por 156 países. Observe o esquema.



Figura 3: Águas jurisdicionais brasileiras

Fonte: Marinha do Brasil (2005)

O Mar Territorial (MT) se estende até 12 milhas náuticas (cerca de 22,2 quilômetros), contadas a partir da linha de base (que equivale, aproximadamente, à linha da costa). Nele, o Estado costeiro também exerce soberania integral, limitada apenas pelo direito de passagem inofensiva de navios de qualquer origem.

Na Zona Contígua (ZC), cuja extensão é de 24 milhas náuticas a partir das linhas de base, na qual o Estado costeiro possui soberania restrita às atuações que visem reprimir agressões aos seus regulamentos aduaneiros, fiscais, de imigração ou sanitários.

Na Zona Economia Exclusiva (ZEE), cuja extensão é de 200 milhas náuticas (370,4 quilômetros) a partir da linha de base, há total liberdade internacional de navegação, sobrevôo, construção de dutos e lançamento de cabos submarinos. Contudo, o Estado costeiro detém o monopólio sobre os direitos de exploração dos recursos biológicos e das riquezas do subsolo marinho, desde que atenda às exigências da ONU no tocante à conservação e gestão dos recursos naturais vivos ou não vivos, das águas sobrejacentes ao leito do mar, do leito do mar e seu subsolo.

A Plataforma Continental (PC) compreende o leito e o subsolo das áreas submarinas que se estendem além do mar territorial, até a borda exterior da margem continental, ou até uma distância de 200 milhas marítimas das linhas de base, nos casos em que a borda exterior da margem continental não atinja essa distância. De acordo com a CNUDM, o Estado costeiro pode pleitear a extensão da sua Plataforma Costeira até o limite de 350 milhas náuticas (648 km), observando-se alguns parâmetros técnicos. Em 2004, o Brasil apresentou oficialmente às Nações Unidas o pedido de extensão de sua plataforma continental. Caso a ONU responda positivamente, os espaços marítimos brasileiros poderão atingir cerca de 4,5 milhões de quilômetros quadrados, o que equivale a mais de 50% da extensão territorial do país.

### 3.1 - A gênese das fronteiras brasileiras

A extensão do domínio terrestre de um Estado é determinada por linhas de fronteiras, limites que indicam até onde vai o território sobre o qual se exerce a sua soberania. A demarcação e indicação desses limites é direito e dever do Estado.

O Tratado de Madri, firmado em 1750 entre Portugal e Espanha, entrou para a história nacional como um acordo decisivo, que teria gerado as fronteiras do futuro Brasil independente. Mas, efetivamente, ele delimitou apenas alguns trechos das fronteiras, baseados no curso conhecido dos rios Uruguai e Guaporé. Em conjunto, os segmentos de fronteira delimitados no período colonial representam apenas 17% da extensão da atual seção terrestre.

O Império foi responsável pela fixação de pouco mais de metade da extensão total das fronteiras terrestres atuais. Em 1811, o Vice Reino do Brasil havia anexado a Banda Oriental, até então pertencente ao Vice-Reino do Rio da Prata, que passou a ser denominada de Província Cisplatina. A ocupação permaneceu após as independências da Argentina (1816) e do Brasil (1822), e resultou em conflito armado entre os dois jovens países. O Uruguai nasceu da independência de parte da Banda Oriental, como um Estado tampão entre os dois opositores. Assim, o segmento de limites com o Uruguai foi resultado dos acordos que deram origem ao país vizinho. O segmento de limites foi com o Paraguai fixado no encerramento da Guerra do Paraguai (1864-70), que envolveu o Brasil e a Argentina. As outras divisórias delimitadas no Império foram delimitadas a partir de acordos com os países vizinhos.

O início do período republicano, foi marcado pela figura de José Maria da Silva Paranhos, o Barão do Rio Branco, que ocupou o Ministério das Relações Exteriores de 1902 a 1912. Aproximadamente um terço da seção terrestre das fronteiras brasileiras foi delimitada neste período.

Na negociação que firmou os segmentos de fronteira com a Argentina, Rio Branco consolidou a posse do oeste dos territórios que hoje pertencem aos estados do Paraná e de Santa Catarina.

Na Amazônia, Rio Branco delimitou o segmento de limites com a Guiana Francesa, garantindo para o Brasil a posse do território do atual Amapá, com a Guiana Inglesa e com a Colômbia, ainda que nesse último caso o tratado de limites só tenha sido ratificado em 1928. Além disso, Rio Branco negociou também o Tratado de Petrópolis (1903), por meio do qual o Brasil adquiriu da Bolívia o território que atualmente pertence ao Acre.

### 3.2 - A faixa de fronteira: isolamento ou integração?

A Faixa de Fronteira interna do Brasil com os países vizinhos foi definida pela primeira vez como área de segurança nacional em 1890, durante o Segundo Império, com largura de dez léguas (66 quilômetros) paralela a linha terrestre do território. A noção de zona de fronteira foi concebida como uma área a ser defendida de ameaças externas perpassou as sucessivas constituições brasileiras promulgadas nas décadas de 1930 e 1940.

Também na Constituição em vigor desde 1988, a Faixa de Fronteira é considerada um território especial ao longo do limite internacional continental do país, cuja largura é estabelecida em 150 km. A Faixa de Fronteira abrange 11 unidades da Federação e 588 municípios, nos quais vivem aproximadamente 10 milhões de habitantes (veja no mapa). Nela, a realização de obras de infraestrutura, tais como a implantação de estradas e ferrovias, e a exploração de recursos minerais, depende de autorização especial do governo federal.

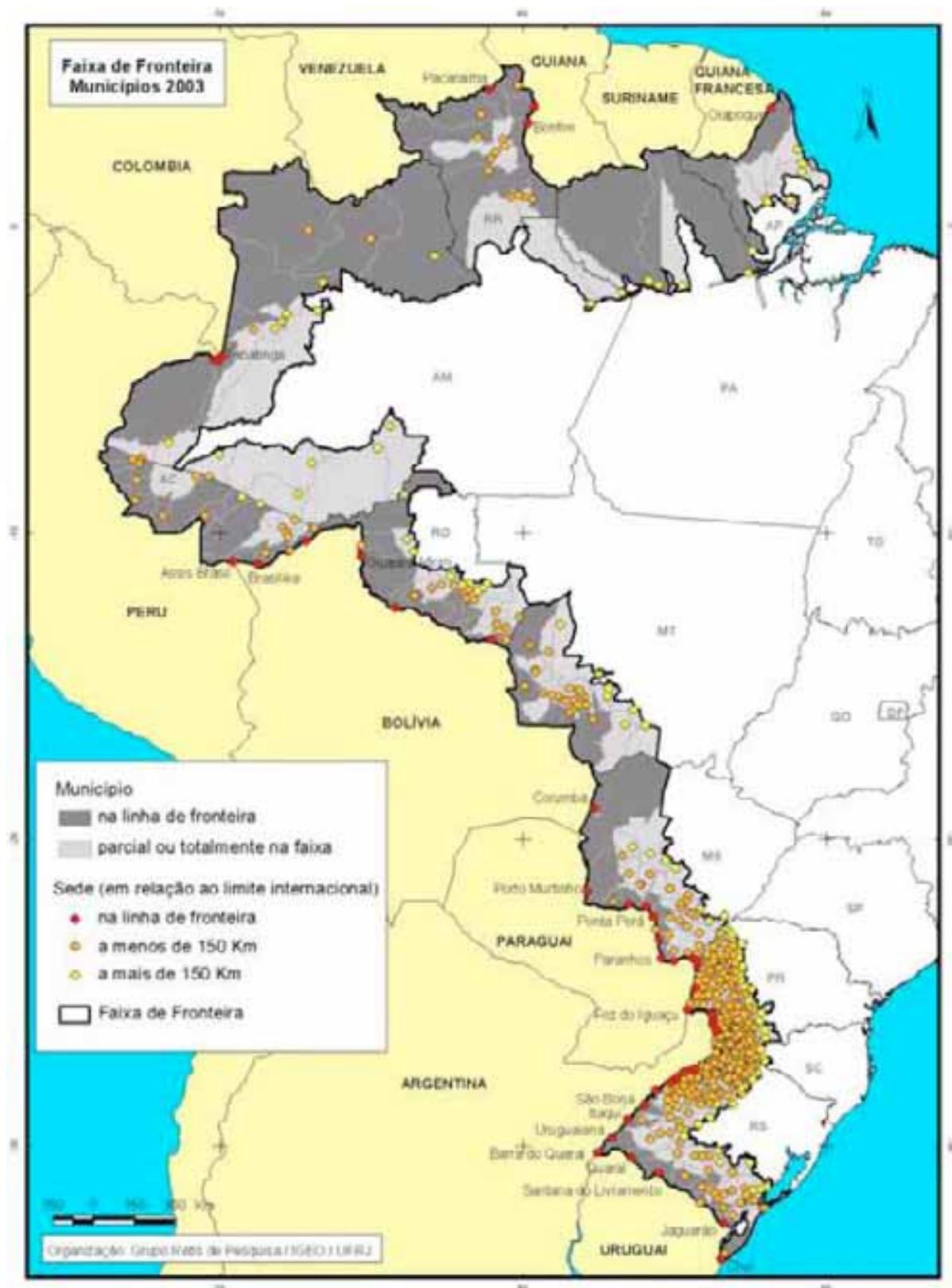


Figura 4: Faixa de fronteiras em 2003

Fonte: Ministério da Integração Nacional (2009).

Entretanto, a concepção tradicional de fronteira como área de segurança e defesa a ser protegida, tanto por parte do Brasil como por parte dos países limítrofes, acabou por inibir os projetos de integração e desenvolvimento compartilhado.

Nas últimas décadas, porém, emerge um novo marco institucional para a Faixa de Fronteira, que passa a ser concebida fundamentalmente como espaço de integração econômica, política e cultural entre os países sul-americanos. De acordo com o Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira, concebido pelo Ministério da Integração Regional em 2005 “o momento atual pode ser caracterizado como um momento de passagem de uma concepção de fronteira exclusivamente de defesa de limites territoriais, rígida e isolante, para uma concepção de aproximação, união e abertura num espaço integrador sobre o qual se devem orientar as estratégias de desenvolvimento através de ações conjuntas entre países vizinhos”. (MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL, 2005, p. 174). Conheça mais a zona de fronteira brasileira acessando o Atlas da Fronteira Continental do Brasil e o Álbum iconográfico da fronteira continental brasileira, ambos disponíveis em <http://igeo-server.igeo.ufrj.br/retis/>.

### 3.3 - Poder central e autonomia estadual

A Constituição de 1824, outorgada pelo imperador, definiu o Brasil como um Estado unitário. As províncias não dispunham de autonomia política e seus presidentes eram nomeados pelo poder central. O Brasil transformou-se em Estado federal apenas com a Constituição republicana de 1891. As unidades da federação – os estados – passavam a dispor de autonomia política, expressa em constituições próprias e na eleição dos governadores.

Durante a República Velha, o federalismo representou significativo enfraquecimento do poder central. A Constituição de 1937, fortemente centralista, praticamente suprimiu a autonomia estadual, que só foi reestabelecida em 1946. O regime militar implantado em 1964 representou nova fase centralista, imposta através das revisões constitucionais de 1967 e 1969.

A Constituição de 1988, que completou a redemocratização, voltou a ampliar a autonomia dos estados. Atualmente, o debate sobre as relações entre o poder central e os direitos dos estados manifesta-se em polêmicas relativas à política fiscal e à tributação. A chamada “guerra fiscal” entre os estados revela o grau significativo de autonomia das unidades da federação, pelo menos no campo econômico.

Na federação brasileira, o Legislativo está dividido em duas câmaras. A câmara baixa – chamada Câmara Federal – é constituída por deputados que representam o povo. A câmara alta – chamada Senado Federal – é constituída por senadores que representam os estados e o Distrito Federal. As unidades da federação dispõem de constituições próprias, que definem as modalidades de exercício da sua autonomia política.

Nos Estados Unidos, as antigas colônias inglesas constituíram, após a independência, uma confederação, que em seguida transformou-se numa federação. Os novos territórios adquiridos ou conquistados no Oeste aderiram à federação. O Brasil percorreu trajetória muito diferente. O Império soldou as capitanias, que funcionavam praticamente como colônias distintas, num Estado unitário. A República adotou o sistema federativo, transformando as províncias em estados.

A configuração atual das unidades da federação guarda as marcas do passado. As capitanias do Vice-Reino do Brasil em 1815 tornaram-se as províncias imperiais. A única adição foi Alagoas, que se tornou capitania subordinada a Pernambuco antes da independência. Em 1853, desmembrou-se de São Paulo a província do Paraná.

No período republicano, as mudanças nos limites político-administrativos decorreram dos processos de criação de territórios federais e de desmembramento de estados. O Acre foi o primeiro território federal, criado em 1903 como produto da incorporação da área adquirida à Bolívia no Tratado de Petrópolis. Durante a Segunda Guerra Mundial (1939-45), foram criados, por desmembramento, os territórios do Rio Branco (atual Roraima), Amapá, Guaporé (atual Rondônia), Ponta Porã, Iguaçu e Fernando de Noronha. Os territórios não dispunham de autonomia política, pois seus governadores eram nomeados pelo governo federal. Situados em faixas de fronteiras pouco povoadas ou, no caso de Fernando de Noronha, em rota estratégica do Atlântico Sul, destinavam-se a garantir a segurança externa do país.

A Constituição de 1946 extinguiu os territórios de Ponta Porã e Iguaçu. Mais tarde, os demais territórios foram elevados a estados, ganhando autonomia política. A Constituição de 1988 extinguiu o território de Fernando de Noronha, anexando-o a Pernambuco.

A área da capital federal – o Rio de Janeiro – tornou-se Distrito Federal desde a proclamação da República. Em 1960, com a inauguração de Brasília, o Distrito Federal foi transferido

para o Brasil central. O antigo Distrito Federal foi transformado no estado da Guanabara, até fundir-se com o do Rio de Janeiro, em 1974.

O Brasil central conheceu dois desmembramentos de estados. A criação de Mato Grosso do Sul, em 1977, resultou da bipartição do Mato Grosso. Tocantins nasceu, em 1988, pela bipartição de Goiás. A República Federativa do Brasil passou a ser formada por 26 estados e o Distrito Federal

O processo de desmembramento de estados é justificado pelo povoamento e pela valorização das regiões interiores do país. A autonomia política e a instalação de administrações estaduais funcionam como fundamentos para o planejamento econômico e social. Mas a criação de novas unidades da federação também é uma resposta a demandas das elites regionais, que adquirem por essa via maior poder político, novos instrumentos de pressão sobre o governo central e uma rede de cargos públicos.

## Referências

- MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL. **Cartilha do programa de desenvolvimento da faixa de fronteira**. Brasília: Secretaria de Programas Regionais, 2009. Disponível em: <[http://www.integracao.gov.br/programasregionais/publicacoes/faixa\\_de\\_frenteira.asp](http://www.integracao.gov.br/programasregionais/publicacoes/faixa_de_frenteira.asp)>. Acesso em: 02 abr. 2011.
- MARINHA DO BRASIL. Comissão Interministerial para os Recursos do Mar. **O mar no espaço geográfico brasileiro**. Brasília: Ministério da Educação, 2005. (Explorando o ensino: geografia, 8). Disponível em: <[http://www.mar.mil.br/menu\\_v/amazonia\\_azul/arquivos/livrogeo.pdf](http://www.mar.mil.br/menu_v/amazonia_azul/arquivos/livrogeo.pdf)>. Acesso em: 05 abr. 2011.
- MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL. **Proposta de reestruturação do programa de desenvolvimento da faixa de Fronteira**. Brasília: Secretaria de Programas Regionais, 2005. Disponível em: <<http://www.integracao.gov.br/publicacoes/programasregionais/livro.asp>>. Acesso em: 03 abr. 2011.
- Grupo Retis, do Departamento de Geografia da UFRJ (<http://igeo-server.igeo.ufrj.br/retis/>). Acesso em 27 de março de 2012.

# Região e Regionalização



## Um início de conversa

A palavra **região** origina-se do verbo latino *regere*, que significa governar, ou seja, exercer o poder. No antigo Império Romano, o substantivo *regio* designava área sobre a qual um determinado poder era exercido. A região era, portanto, uma construção política.

Na Geografia, porém o conceito de região emerge como estruturador no século XIX com um significado diferente. Nas obras de Paul Vidal de La Blache (1845-1918), a região é destituída de sua dimensão política, se transfigurando em construção natural e a-histórica. O método da Geografia constituiria em identificá-las e descrevê-las o mais exaustivamente possível. De acordo com Yves Lacoste, essa concepção de região ofusca outras abordagens escalares e empobrece a análise geográfica:

30

“Essa maneira de recortar a priori o espaço num certo número de ‘regiões’, das quais só se deve constatar a existência, essa forma de ocultar todas as demais configurações espaciais, às vezes bastante usuais, foram difundidas, com um enorme sucesso de opinião, através de manuais escolares e também da literatura e pela mídia” (LACOSTE, 1993, p. 54).

Entretanto, o conceito de região pode ser resgatado deste viés naturalizante, desde que se considere sua relação com as demais escalas da geografia (tais como o mundo e o lugar). Em uma perspectiva renovada, a região se transforma em uma construção intelectual, uma maneira de abordar a diversidade espacial do planeta, cujos contornos dependem das teorias e dos métodos utilizados. Diferentes propostas de divisão regionais resultam assim de modos de interpretar do espaço geográfico igualmente diversos, bem como das transformações na dinâmica social que reconfiguram permanentemente os espaços, em suas múltiplas escalas. Tal como afirma o geógrafo Milton Santos “no mundo de hoje talvez não haja mais coincidências entre região e régio. A região deixa de ser a sede do poder, do seu próprio comando, do seu comando total e absoluto, mas não deixa de existir. O desafio é guardar a palavra e redefini-la” (SANTOS, 2003, p. 39)

## 4.1 – As regiões do IBGE

A Revolução de 1930 inaugurou um novo período da história brasileira, marcado pela forte centralização do poder político em torno do governo federal. A política de industrialização e de integração do mercado interno, iniciada por Getúlio Vargas, derrubou as restrições impostas pelos estados e municípios à circulação de mercadorias. Os estados perderam a autonomia legislativa sobre seu comércio exterior. Nesse contexto, o conhecimento estatístico do território e da população se transformou em prioridade nacional. Para traçar os rumos do desenvolvimento brasileiro, o governo precisava conhecer o Brasil.

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) foi criado em 1937, com a finalidade de subsidiar a ação planejadora do Estado sobre o território brasileiro. Desde o início, a realização dos censos demográficos e econômicos e o mapeamento sistemático do Brasil estiveram entre as suas principais atribuições.

O IBGE apresentou a primeira regionalização oficial do território brasileiro em 1942, com o intuito de organizar a divulgação de dados estatísticos e sistematizar as propostas de divisão regional já existentes antes de sua criação. Nesta primeira divisão do Brasil, foram delimitadas as regiões Norte, Nordeste, Leste, Sul e Centro-Oeste.

Em 1945, o IBGE apresentou outra proposta, baseada sobretudo no conceito de **região natural**, emprestado da geografia regional francesa. Na ocasião, seis grandes regiões foram identificadas no território brasileiro, por meio do estudo das influências recíprocas entre os diferentes fatores naturais, principalmente clima, vegetação e relevo. Os fatores naturais eram então considerados mais estáveis e permanentes, e, portando, mais adequados para servir de base à divisão regional, como explica o geógrafo do IBGE, Fábio Macedo Soares Guimarães, coordenador dos estudos que fundamentaram a proposta:

“as regiões naturais constituem a melhor base para uma divisão regional prática, sobretudo para fins estatísticos e especialmente para uma divisão permanente que permita a comparação de dados de diferentes épocas. As regiões humanas, particularmente as econômicas, pela sua instabilidade, não fornecem base conveniente para tal comparação no tempo (GUIMARÃES, 1941).

Em 1969, o governo brasileiro oficializou uma outra proposta de regionalização, também saída dos quadros do IBGE. Desta vez, elas foram definidas segundo uma combinação de características físicas, demográficas e econômicas. As chamadas **regiões homogêneas** foram delimitadas a partir de estudos setoriais envolvendo os domínios ecológicos, o comportamento demográfico, a estrutura industrial, a agricultura, a rede de transportes e o sistema de fluxos. O resultado desses estudos foi a divisão do Brasil em 360 microrregiões homogêneas, agrupadas em sete grandes unidades macrorregionais. Assim como na Divisão Regional de 1945, os limites interestaduais foram considerados no traçado das Grandes Regiões.

Na Divisão Regional do Brasil de 1969, os estados da Bahia e Sergipe foram incluídos na Região Nordeste. A Região Sudeste foi criada em substituição à antiga Região Leste; São Paulo, antes pertencente à Região Sul, passou a integrar a Região Sudeste (observe a figura)

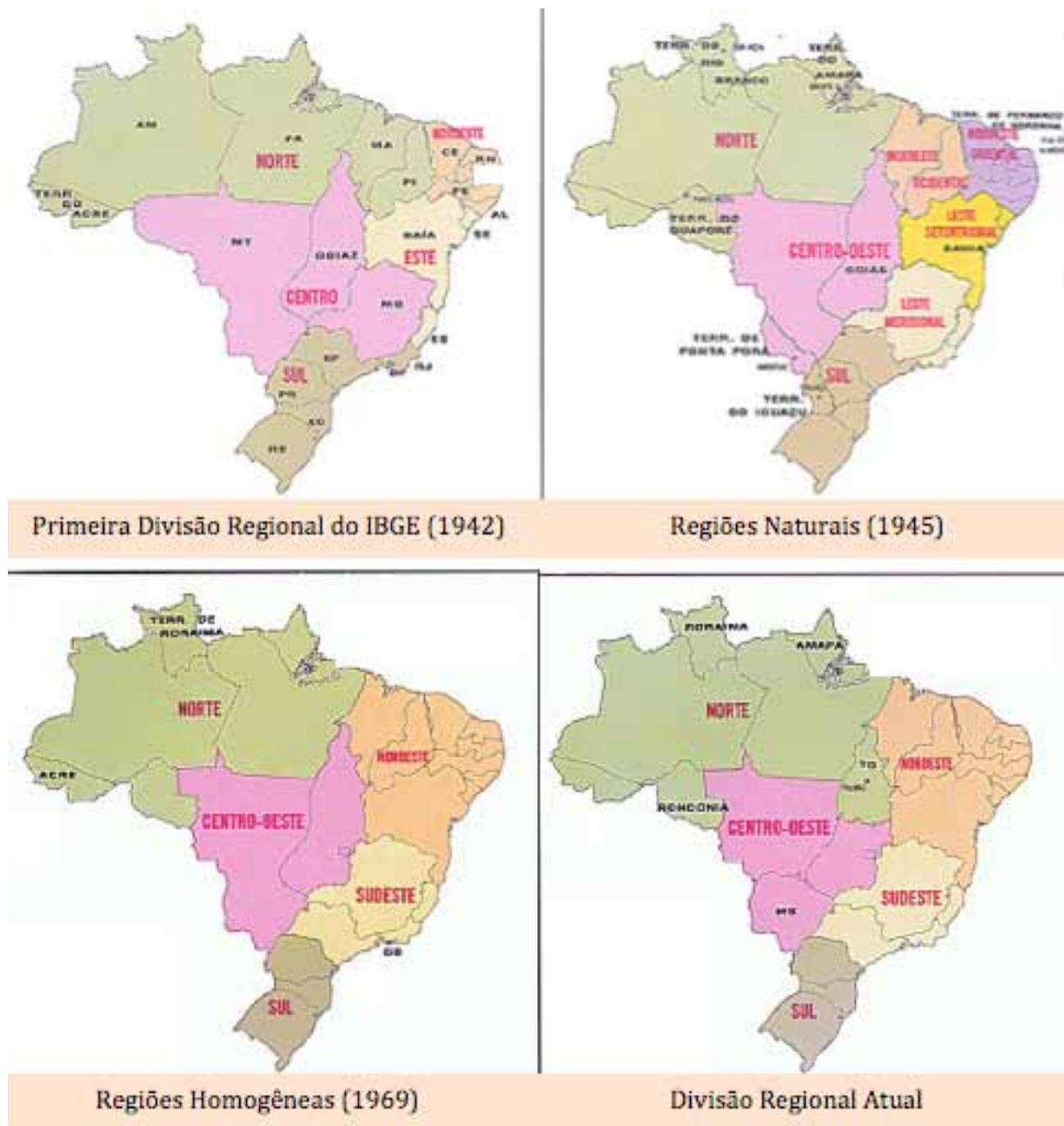


Figura 5: Evolução da divisão político-administrativa

Fonte: IBGE

Adaptado e editado por Regina Célia Correa de Araujo

Essas modificações foram justificadas com base no processo de industrialização e de crescimento econômico do país. A concentração da indústria nos estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais serviu de base à delimitação de uma região “central” do ponto de vista

da economia. O triângulo São Paulo-Rio de Janeiro-Belo Horizonte surgia como ímã dessa região “central”. Juntos, os três estados detinham mais de 80% do valor da transformação industrial do país e cerca de 70% dos empregos do setor. Por outro lado, a nova Região Nordeste despontava como região-problema, marcada pela pobreza e pela repulsão demográfica.

O critério de regionalização oficializado pelo governo militar em 1969 considera as atividades econômicas como fundamentais na diferenciação dos espaços: são elas que vão determinar as políticas de investimentos públicos e de valorização de áreas consideradas “deprimidas”. Influenciada pela *new geography* norte-americana, a burocracia ligada ao regime militar acreditava que o estudo estatístico integrado dos fenômenos naturais, sociais e econômicos forneceria subsídios à ação de planejamento do Estado, consubstanciadas essencialmente nas políticas territoriais voltadas para a integração nacional, a modernização econômica dos estados nordestinos e a conquista e apropriação da Amazônia.

No que diz respeito às macrorregiões, a divisão regional proposta em 1969 permanece em vigor, com apenas com uma modificação importante: o Estado do Tocantins, criado pela Constituição de 1988, passou a fazer parte da Região Norte.

A divisão em macrorregiões tem finalidades estatísticas e didáticas, mas é muito genérica para as necessidades de planejamento, tanto de políticas públicas quanto de localização de atividades econômicas. Por isso mesmo, o IBGE buscou detalhar a divisão regional, identificando **mesorregiões** que se distinguem pela estrutura produtiva e pela posição que ocupam nas redes que articulam o espaço nacional. Partindo dessas regiões intermediárias, procedeu-se a uma análise ainda mais detalhada do território, com a identificação das **microrregiões**, que se diferenciam basicamente pela influência dos centros urbanos e pelos tipos de uso do solo dominantes.

As subdivisões em meso e microrregiões espelham a diversidade geográfica pelas dinâmicas sociais. Por isso mesmo, quanto mais densa for a ocupação e mais complexas as estruturas produtivas, mais numerosas são as subdivisões regionais. Observe as figuras.



Figura 6: Brasil - subdivisões em meso e microrregiões

Fonte: IBGE

Adaptado e editado por Regina Célia Correa de Araujo

## 4.2 – Os complexos regionais

Em 1967, enquanto o IBGE conduzia os estudos que resultaram na regionalização oficial de 1969, o geógrafo Pedro Pinchas Geiger lançava a proposta da divisão do território nacional em três complexos regionais. Trata-se de um esforço de captar aos resultados espaciais do processo de industrialização acelerada vivenciado pelo país desde o final da segunda Guerra Mundial.

O **Centro Sul** era o Brasil moderno, gerado pela conexão do pólo produtivo do Sudeste, no qual se concentrava a maior parte das atividades econômicas e das infra estruturas de comunicação, com o Sul e a porção meridional do Centro-Oeste, que se destacavam pela presença de um modelo agrícola intensivo em tecnologia.

No plano econômico, o **Nordeste** era marcado pela baixa produtividade agrícola e pela industrialização ainda incipiente. No plano social, pela disseminação da pobreza, expressa nos altos índices de mortalidade infantil, subnutrição e analfabetismo, e pela repulsão populacional.

A **Amazônia** de destacava como uma imensa fronteira de recursos, com conexões ainda frágeis com o centro dinâmico da economia nacional. A da floresta equatorial, as baixas densidades populacionais e ainda pelo processo de ocupação recente, indutor de grandes índices de violência na luta pela terra, completavam o quadro regional.



Figura 7: Brasil - complexos regionais

Adaptado e editado por Regina Célia Correa de Araujo

A divisão regional elaborada por Geiger ignorou os limites das unidades da federação. Dessa forma, conseguiu captar importantes diferenciações espaciais no interior de algumas delas. O norte de Minas Gerais, por exemplo, foi incorporado ao complexo nordestino, com quem compartilhava um modelo de apropriação da terra gerador de elevada exclusão social. O oeste do Maranhão e o norte de Mato Grosso e Goiás (atual Tocantins), foram incorporados ao complexo amazônico. Geiger produziu essa proposta muito antes do desmembramento dos Estados do Mato Grosso (ocorrido em 1977) e de Goiás (1988).

### 4.3 – A Difusão do meio técnico científico e regionalização

Na obra **Brasil: território e sociedade no início do século XXI**, Milton Santos e Maria Laura Silveira (2001) apresentam um proposta de regionalização, fundada na análise da difusão diferencial do meio técnico-científico-informacional pelo território brasileiro. De acordo com

esses autores, era da revolução tecnocientífica, os territórios são reestruturados pelas infra estruturas que sustentam redes de informação e passam a desempenhar novas funções na economia de fluxos globalizada. O ingresso do Brasil na era da informação impulsiona uma atualização do seu território. Observe a figura.



Rio de Janeiro, Record, 2001.

*Figura 8: Brasil - divisão regional do período técnico-científico informacional*

*Fonte: (SANTOS; SILVEIRA, 2001)*

A **Região Concentrada** abrange os estados do Sudeste (Espírito Santo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e São Paulo) e os estados do Sul (Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul). Ela destaca-se pela elevada intensidade de ciência e tecnologia nas atividades produtivas e financeiras e pela densidade das redes de circulação. São Paulo e Rio de Janeiro, metrópoles nacionais emergem como centros informacionais que comandam as redes que estruturam o conjunto da economia nacional, bem como suas relações com o resto do mundo.

O **Centro-Oeste** emerge como área de ocupação periférica, fundada na especialização agropecuária e na modernização subordinada às necessidades das firmas que têm sede na Região Concentrada. O estado de Tocantins, deslocado para a Região Norte pela Constituição de 1988, reincorpora-se ao Centro-Oeste.

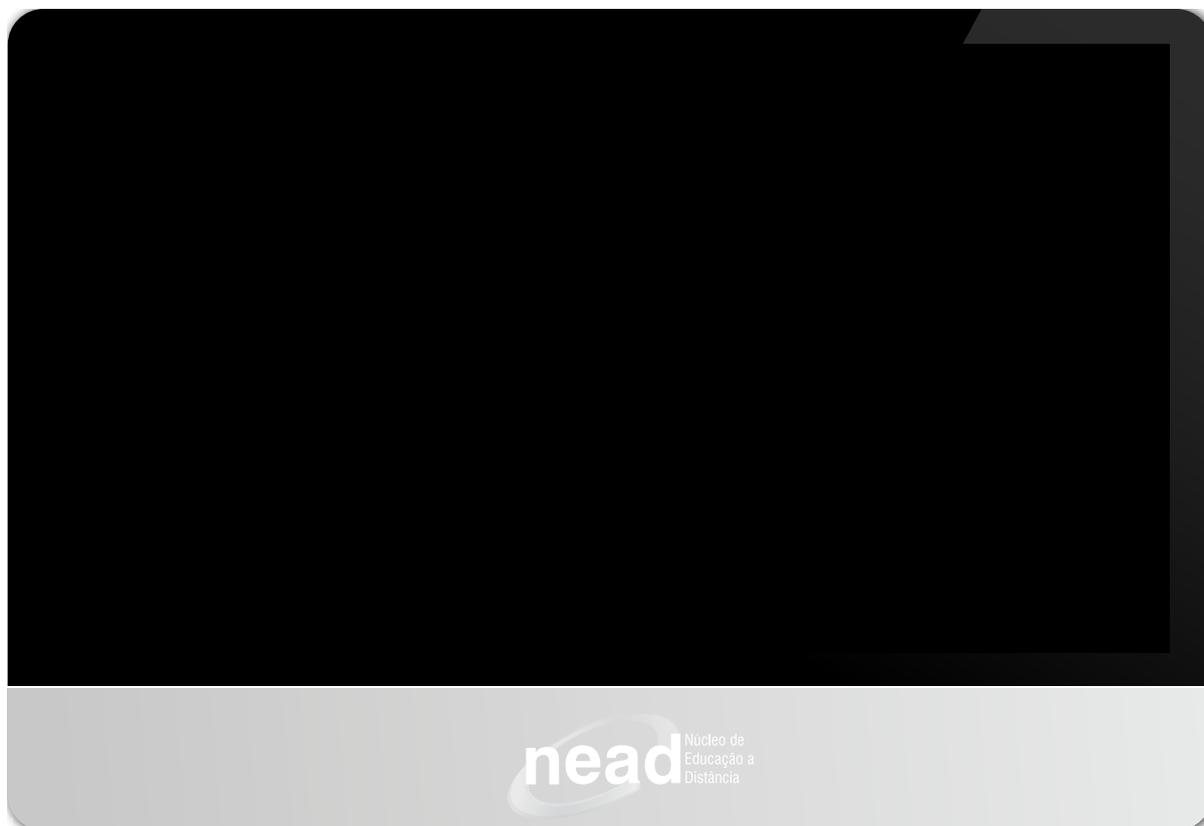
O Nordeste define-se pelo peso das estruturas sociais herdadas do passado. Nessa região, a difusão do meio mecanizado se deu de forma pontual e pouco densa e a instalação das infraestruturas e redes informacionais realiza-se de modo descontínuo. Assim, pontos ou manchas de extrema modernização (tais como as lavouras de soja no cerrado, os projetos de fruticultura irrigada nas margens do São Francisco e o complexo industrial no retro-porto de Suape, em Pernambuco) despontam em um meio geográfico no qual predominam áreas dotadas de baixa produtividade espacial.

A Amazônia caracteriza-se sobretudo pela baixa densidade técnica. Os sistemas informacionais aparecem sobretudo como formas externas, representadas por exemplo pelos satélites e radares do SIVAM. Os grandes projetos de exploração agropecuária ou mineral aparecem como pontos e manchas isolados, ainda que com grande potencial na geração de impactos ambientais.

## Bibliografia

- GUIMARÃES, Fábio Macedo Soares. Divisão regional do Brasil. In: **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 2, abr./jun. 1941.
- IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Cartogramas de microrregião e mesorregião**. Disponível em: <[http://www.ibge.gov.br/home/geociencias/geografia/default\\_div\\_int.shtm?c=1](http://www.ibge.gov.br/home/geociencias/geografia/default_div_int.shtm?c=1)>. Acesso em: 13 abr. 2011.
- IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Mapa da evolução político-administrativa**. Disponível em: <[http://www.ibge.gov.br/ibgeteen/pesquisas/geo/mapa\\_evolucao.html](http://www.ibge.gov.br/ibgeteen/pesquisas/geo/mapa_evolucao.html)>. Acesso em: 12 abr. 2011.
- LACOSTE, Yves. **A geografia serve, antes de mais nada, para fazer a guerra**. Papirus: Campinas, 1993.
- SANTOS, Milton. Região: globalização e identidade. In: LIMA, Luiz Cruz (Org.). **Conhecimento e reconhecimento**. Fortaleza: UECE, 2003.
- SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. **Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

# A natureza na formação territorial do Brasil



## Um início de conversa

Quando os primeiros europeus desembarcaram nas terras que iriam constituir o território brasileiro, encontraram um conjunto de paisagens naturais diferente de tudo o que já havia sido registrado. A tentativa de explicar a exuberância da natureza tropical começou junto com a colonização, resultando tanto em narrativas fantásticas e mitológicas sobre as plantas e animais quanto nos primeiros esboços de classificação das espécies.

Os esforços dos biólogos e naturalistas pioneiros foi sistematizado na grandiosa obra *Flora Brasiliensis*, organizada pelos editores Carl Friedrich Philipp von Martius, August Wilhelm Eichler e Ignatz Urban, com a participação de especialistas de vários países e publicada em 15 volumes, entre

1840 e 1906. Nela, estão descritas cerca de 22 mil espécies vegetais, divididas em 5 grandes províncias botânicas, cujos nomes são emprestados da mitologia grega: Naiades, a ninfa dos rios, por exemplo, foi escolhida para nomear a floresta pluvial amazônica, na qual está localizada a maior bacia hidrográfica do mundo; as florestas costeiras receberam o nome de Dryades, uma das muitas ninfas mitológicas dos bosques europeus (observe a figura).



*Figura 9: Distribuição das províncias florais brasileiras de acordo com a obra Flora Brasiliensis*

*Fonte: Flora Brasiliensis (Vol. I, Part I, Fasc. unplaced Prancha 61)*

Desde então, milhares de novas espécies foram catalogadas, enquanto biólogos, biogeógrafos e geógrafos criavam novas e sofisticadas propostas de identificação e de delimitação dos domínios de natureza no Brasil. Contudo, grande parte dessa riqueza já se perdeu, pois a devastação andou muito mais rápido que a ciência.

A Mata Atlântica, por exemplo, não resistiu à exploração predatória à qual foi submetida nos últimos quinhentos anos: dela só restam manchas, a maior parte das quais em Unidades

de Conservação. No Cerrado, a devastação começou bem mais tarde, mas também já produziu estragos irreversíveis: estima-se que pelo menos 50% do bioma já tenha sucumbido ao avanço da fronteira da agricultura mecanizada. No nordeste do sul do país, em áreas outrora recobertas por campos e pampas, aparecem manchas de desertificação e arenização, resultantes de práticas agrícolas e pastoris predatórias. A Amazônia abriga ainda o maior conjunto de florestas equatoriais contíguas do mundo, mas a marcha da devastação prossegue ameaçando os ecossistemas originais.

O geógrafo Aziz Ab'Saber recorria à expressão patrimônio coletivo ao se referir a enorme riqueza das paisagens naturais presentes no território brasileiro: “Na verdade, ela [a paisagem] é uma herança em todo o sentido da palavra: herança de processos fisiográficos e biológicos, e patrimônio coletivo dos povos que historicamente as herdaram como território de atuação de suas comunidades (AB’SABER, 2003, p. 09).

Aziz Ab'Saber faleceu em 16/03/2012, aos 87 anos, deixando uma obra fundamental para tanto para o conhecimento deste patrimônio como para fundamentar a tarefa, cada vez mais urgente, de considerar suas dinâmicas nos planos de desenvolvimento futuro do país. Vale a pena rever a entrevista por ele concedida ao programa Roda Viva em 1992, disponível em <http://agencia.fapesp.br/15322..>

## 5.1 – Os Domínios Morfoclimáticos

A dinâmica dos ambientes naturais é resultante da ação combinada de vários fatores. Além disso, eles refletem de múltiplas formas as marcas de seu passado climático. De acordo com evidências paleoclimáticas, a expansão da aridez pela porção centro-oriental da América do Sul ocorreu durante as grandes glaciações que marcaram o Pleistoceno, e teria atingido, inclusive, parte da Amazônia e da fachada costeira. Há indícios de que, nos períodos secos, teria havido retração das florestas e expansão de savanas e cerrados nesta região. Essas evidências sustentam a “teoria dos refúgios”, formulada pelo geógrafo Aziz Ab'Saber e pelo biólogo Paulo Vanzolini. De acordo com ela, nos períodos secos, as florestas se reduziam e se fragmentavam, tornando a se expandir nos interglaciais, com a volta do calor e da umidade. Assim, a instabilidade climática do Quaternário teria contribuído tanto para a enorme diversidade biológica quanto para o elevado grau de endemismo das formações florestais brasileiras.

Na década de 1960, Ab'Sáber cunhou o conceito de **Domínio Morfoclimático e Fito-geográfico** para identificar os domínios naturais brasileiros. Cada domínio é um conjunto cuja ordem de grandeza espacial que pode variar de centenas de milhares a milhões de quilômetros quadrados, constituído por um complexo relativamente homogêneo de elementos da natureza, tais como feições do relevo, tipos de solo, cobertura vegetação, climas e hidrografia que influenciam uns aos outros, gerando equilíbrios ecológicos peculiares.

Seis grandes domínios paisagísticos foram identificados no Brasil: três deles abrangem áreas originariamente florestadas e os restantes correspondem a áreas com predomínio de espécies vegetais herbáceas e arbustivas. Entre eles, ocorrem faixas de transição, unidades paisagísticas nas quais se mesclam características dos domínios morfoclimáticos vizinhos (tal como ocorre no Pantanal Matogrossense) ou, ainda, áreas onde a instabilidade das condições ecológicas deu origem a uma interação entre os elementos naturais diversa daquela que caracteriza os domínios circundantes (tais como ocorre na Pré-Amazônia maranhense)

<http://revistaescola.abril.com.br/geografia/pratica-pedagogica/biomas-brasileiros-mapeamento-541508.shtml>

## 5.2 - Os domínios florestados

O Domínio Amazônico, o Domínio dos “Mares de Morros” Florestados e o Domínio das Araucárias têm em comum o fato de serem (ou terem sido) recobertos por florestas. Entretanto, possuem características naturais bastante diferenciadas.

### ★ O Domínio Amazônico

O Domínio Amazônico corresponde a uma superfície de cerca de 3,5 milhões de quilômetros quadrados, englobando a *Planície do Rio Amazonas* e as depressões e baixos planaltos sobre os quais ela está encaixada. Esse extenso conjunto de terras baixas é dominado pela a Floresta Amazônica, caracterizada sobretudo pela grande biodiversidade: mais de 80 mil espécies vegetais e pelo menos 30 milhões de espécies animais, na maioria insetos, partilham os ecossistemas florestais. Porém, nem todo o Domínio Amazônico apresenta cobertura florestal. Nele existem múltiplos enclaves de campos, cerrados e até mesmo de caatinga que, juntos, perfazem cerca de 2% de sua área total.

Os terrenos terciários e quaternários que constituem a complexa morfologia regional apresentam importantes variações topográficas. As planícies inundáveis, ao longo dos principais cursos fluviais, são dominadas pelas **matas de várzeas** (nas áreas de inundação periódica) e pelos **igapós** (em terrenos permanentemente alagados). Juntas, estas formações correspondem a cerca de 10% da área total do domínio. As **matas de terra firme**, por sua vez, se espalham em mais de 80% da área.

A riqueza dos ecossistemas presentes na Amazônia contrasta com a pobreza de grande parte dos solos da região. Mais de 70% do Domínio Amazônico é constituído por solos ácidos e intemperizados, de baixa fertilidade. Apenas algumas planícies aluviais, inundadas pelo rio Amazonas, apresentam solos ricos em nutrientes. Esse contraste revela a fragilidade do ecossistema amazônico. A reciclagem dos nutrientes orgânicos e minerais necessários à manutenção dos ecossistemas regionais não é feita pelos solos, mas pela própria floresta. Por isso mesmo, o desmatamento está trazendo danos irreparáveis ao ecossistema florestal.

## O Domínio dos “Mares de Morros” Florestados

Nesse domínio, a ação dos agentes do modelado sobre a estrutura geológica predominantemente cristalina, produziu um relevo típico de morros arredondados, em forma de “meias-laranjas”. Originalmente, a floresta tropical úmida conhecida como Mata Atlântica, uma formação florestal densa e heterogênea, recobria cerca de 95% do Domínio dos “Mares de Morros”. A introdução do cultivo da cana de açúcar no Nordeste e, mais tarde, do café nas serras do Sudeste, foram responsáveis pelo início da devastação da mata original. Hoje, restam menos de 4% da cobertura vegetal primária, verdadeiras ilhas florestais em alguns trechos montanhosos das escarpas planálticas.

A devastação da Mata Atlântica tem agravado os processos erosivos que atingem a região. Sujeita a chuvas intensas, concentradas nos meses do verão, a área está sujeita a desmoronamentos e transporte de material, especialmente nas escarpas mais íngremes.

## O Domínio das Araucárias

O Domínio das Araucárias ocupa os planaltos sedimentares-basálticos da porção oriental da Bacia do Rio Paraná. Originalmente, esse domínio era revestido por uma floresta subtropi-

cal conhecida como Mata das Araucárias e por manchas de vegetação herbácea e arbustiva. No início do século XX, mais de 80% do território dos estados de Santa Catarina e Paraná ainda estavam recobertos pela vegetação nativa. Porém, com a expansão da agricultura, extensas áreas florestais foram queimadas e se transformaram em áreas de cultivo de milho, trigo, videiras e árvores frutíferas. Ao mesmo tempo, ocorria a expansão de diversos núcleos urbanos. Em 1950, mais de metade da vegetação original já estava devastada; atualmente, restam menos de 20% da vegetação nativa do Domínio das Araucárias.

### 5.3 - Os domínios das formações herbáceas e arbustivas

A paisagem do Domínio do Cerrado, do Domínio da Caatinga e do Domínio das Pradarias apresenta espécies vegetais de menor porte, herbáceas e arbustivas.

#### O Domínio dos Cerrados

O Domínio dos Cerrados abrange as chapadas e chapadões do Brasil Central. Trata-se de uma área submetida ao clima tropical, marcado pela alternância entre verões chuvosos e invernos secos.

O cerrado, vegetação dominante, é composto principalmente por dois estratos, o arbóreo-arbustivo, de caráter lenhoso, e o herbáceo-subarbustivo, formado pelas gramíneas e outras ervas. A combinação desses estratos produz uma cobertura vegetal em forma de um grande mosaico, constituído por trechos de campos limpos (predominância de gramíneas), de campos sujos (gramíneas e arbustos), de campos cerrados (predominância de arbustos, com espécies de 3 a 5 metros) e cerradões (florestas cujas copas se tocam e criam sombra, nas quais o estrato herbáceo-arbustivo é muito pobre e rarefeito). O arbusto típico do cerrado é adaptado a estiagem sazonal, apresentando troncos e galhos retorcidos, cascas grossas e raízes profundas.

A paisagem do cerrado começou a ser transformada de forma intensa nas décadas de 1950 e 1960, devido à construção de Brasília e à abertura das rodovias de integração nacional. Desde então, as infraestruturas viárias, as técnicas de correção da acidez dos solos, por meio da adição de calcário, e o desenvolvimento de sementes adequadas aos climas tropicais permitiram a expansão da fronteira agrícola e a implantação de vastas áreas de pastagens e culturas mecanizadas de soja, algodão e milho no domínio. De acordo com o Projeto de Monitoramento

do Desmatamento dos Biomas Brasileiros por Satélite (PMDBBS) do Ministério do Meio Ambiente, metade do bioma cerrado já foi total ou parcialmente desmatado, e a devastação prossegue em um ritmo acelerado.

## Domínios e Biomas

Domínios Morfoclimáticos e Biomas são conceitos distintos. Como vimos, a delimitação dos domínios considera fatores climáticos, morfológicos e relativos à cobertura vegetal. O bioma, por sua vez, corresponde ao um “conjunto de vida (vegetal e animal) definida pelo agrupamento de tipos de vegetação contíguos e identificáveis em escala regional, com condições geoclimáticas similares e história compartilhada de mudanças, resultando em uma diversidade biológica própria”, de acordo com Vocabulário Básico sobre os Recursos Naturais e Meio Ambiente do IBGE, disponível no site abaixo:

(<http://www1.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/vocabulario.pdf>)

Entretanto, como não existem dados disponíveis para mensurar o desmatamento do Domínio dos Cerrados, estamos apresentando aqui os dados sobre o Bioma Cerrado. Veja no mapa abaixo a distribuição espacial dos biomas brasileiros:



*Figura 10: distribuição espacial dos biomas brasileiros*  
*Fonte: <http://siscom.ibama.gov.br/monitorabiomas/index.htm>*

## O Domínio da Caatinga

O Domínio da Caatinga apresenta relevo em forma de colinas com vertentes suaves, as *colinas sertanejas*. A semi-aridez é responsável pela baixa decomposição química das rochas, o que resulta em solos pouco profundos intercalados por terrenos pedregosos e afloramentos rochosos.

A caatinga, vegetação dominante, é uma formação vegetal adaptada ao calor e à aridez. Suas principais espécies possuem folhas pequenas e hastes espinhentas. Nas áreas de maior altitude, que recebem chuvas de relevo, encontram-se alguns trechos de matas úmidas, conhecidas regionalmente como *brejos*.

A irregularidade das precipitações e a natureza dos solos e da cobertura vegetal fazem da Caatinga uma área naturalmente susceptível aos processos de desertificação. De acordo com o PMDBBS, cerca de 45% dos ecossistemas originais do bioma caatinga já foram total ou parcialmente desmatados para o plantio de alimentos, para a abertura de pastagens ou para extração de carvão vegetal.

## O Domínio das Pradarias

Esse domínio paisagístico abrange a região conhecida como Campanha Gaúcha. Nele, destaca-se a presença de um relevo suavemente ondulado, na forma de colinas conhecidas como “coxilhas”. As colinas são recobertas por vegetação campestre. Nos topos mais planos, forma-se um tapete herbáceo ralo e pobre em espécies; nas encostas, a vegetação se torna mais densa e diversificada.

A pecuária extensiva é a principal atividade econômica da região. Devido ao pisoteio excessivo do gado, registra-se uma sensível diminuição das espécies forrageiras nativas dos campos gaúchos. O uso recorrente da queimada como técnica de limpeza das pastagens contribui para o empobrecimento dos solos.

A pecuária e a monocultura de trigo e soja, em expansão nas áreas originalmente recobertas

pelos campos, têm provocado a diminuição da fertilidade dos solos, o aumento dos processos erosivos. Em algumas áreas, o início de um processo de conhecido como “**arenização**”.

## Referências bibliográficas

- MARTIUS, Carl Friedrich Philipp von; EICHLER, August Wilhelm; URBAN, Ignatz. **Flora Brasiliensis**. S.l.: S. n. [entre 1840 e 1906?]. 10367 p. Disponível em: <<http://florabrasiliensis.cria.org.br>>. Acesso em: 15 abr. 2011.
- AB'SABER, Aziz Nacib. **Os domínios de natureza no Brasil**: potencialidades paisagísticas. São Paulo: Ateliê, 2003.
- ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. **Comissão especial sobre arenização da região sudoeste do Rio Grande do Sul**. Disponível em
- <<http://www.al.rs.gov.br/download/ComEspArenização/RELATÓRIO%20FINAL%20para%20impressao.pdf>>. Acesso em: 15 abr. 2011.

# Referências

## Tema 3

- MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL. **Cartilha do programa de desenvolvimento da faixa de fronteira**. Brasília: Secretaria de Programas Regionais, 2009. Disponível em: <[http://www.integracao.gov.br/programasregionais/publicacoes/faixa\\_de\\_frenteira.asp](http://www.integracao.gov.br/programasregionais/publicacoes/faixa_de_frenteira.asp)>. Acesso em: 02 abr. 2011.
- MARINHA DO BRASIL. Comissão Interministerial para os Recursos do Mar. **O mar no espaço geográfico brasileiro**. Brasília: Ministério da Educação, 2005. (Explorando o ensino: geografia, 8). Disponível em: <[http://www.mar.mil.br/menu\\_v/amazonia\\_azul/arquivos/livrogeo.pdf](http://www.mar.mil.br/menu_v/amazonia_azul/arquivos/livrogeo.pdf)>. Acesso em: 05 abr. 2011.
- MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL. **Proposta de reestruturação do programa de desenvolvimento da faixa de Fronteira**. Brasília: Secretaria de Programas Regionais, 2005. Disponível em: <<http://www.integracao.gov.br/publicacoes/programasregionais/livro.asp>>. Acesso em: 03 abr. 2011.
- Grupo Retis, do Departamento de Geografia da UFRJ (<http://igeo-server.igeo.ufrj.br/retis/>). Acesso em 27 de março de 2012.

## Tema 4

- GUIMARÃES, Fábio Macedo Soares. Divisão regional do Brasil. In: **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 2, abr./jun. 1941.
- IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Cartogramas de microrregião e mesorregião**. Disponível em: <[http://www.ibge.gov.br/home/geociencias/geografia/default\\_div\\_int.shtm?c=1](http://www.ibge.gov.br/home/geociencias/geografia/default_div_int.shtm?c=1)>. Acesso em: 13 abr. 2011.
- IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Mapa da evolução político-administrativa**. Disponível em: <[http://www.ibge.gov.br/ibgeteen/pesquisas/geo/mapa\\_evolucao.html](http://www.ibge.gov.br/ibgeteen/pesquisas/geo/mapa_evolucao.html)>. Acesso em: 12 abr. 2011.

- LACOSTE, Yves. **A geografia serve, antes de mais nada, para fazer a guerra**. Papirus: Campinas, 1993.
- SANTOS, Milton. Região: globalização e identidade. In: LIMA, Luiz Cruz (Org.). **Conhecimento e reconhecimento**. Fortaleza: UECE, 2003.
- SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. **Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

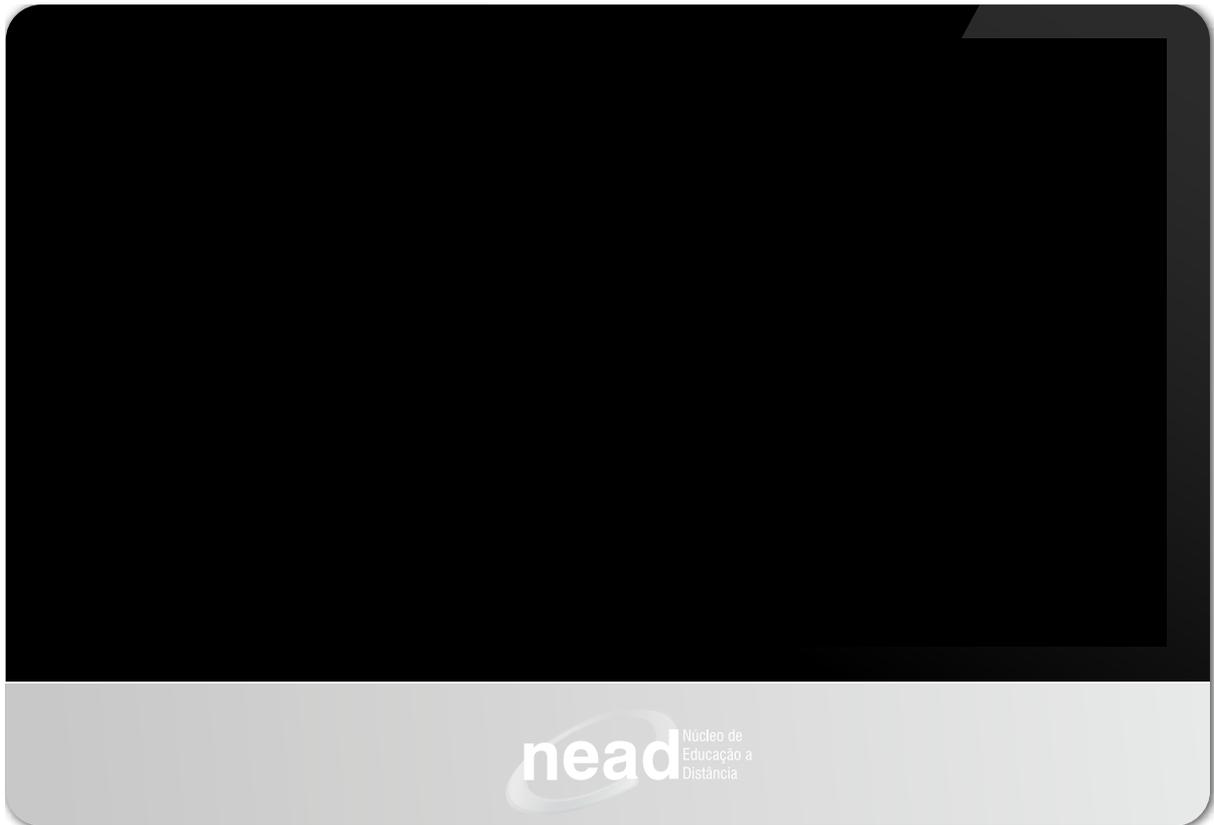
## tema 5

---

- MARTIUS, Carl Friedrich Philipp von; EICHLER, August Wilhelm; URBAN, Ignatz. **Flora Brasiliensis**. S.l.: S. n. [entre 1840 e 1906?]. 10367 p. Disponível em: <<http://florabrasiliensis.cria.org.br>>. Acesso em: 15 abr. 2011.
- AB'SABER, Aziz Nacib. **Os domínios de natureza no Brasil: potencialidades paisagísticas**. São Paulo: Ateliê, 2003.
- ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. **Comissão especial sobre arenização da região sudoeste do Rio Grande do Sul**. Disponível em
- <<http://www.al.rs.gov.br/download/ComEspArenização/RELATÓRIO%20FINAL%20para%20impressao.pdf>>. Acesso em: 15 abr. 2011.
-

## Ficha da Disciplina

# Geografia do Brasil: formação territorial e padrões espaciais



Autoria:

Regina Celia Correa de Araujo

## Ementa

A função da Geografia enquanto ciência é a de contribuir na compreensão do mundo contemporâneo, por meio de uma visão que parte do espaço geográfico. Nessa disciplina, o cursista será desafiado a aplicar o corpo de conceitos da geografia na análise do processo de formação territorial do Brasil, bem como a identificar as repercussões desse processo nas dinâmicas sociais e nos padrões espaciais do Brasil contemporâneo.

## Palavras chaves:

América Portuguesa, fundos territoriais, identidade nacional, região, regionalização, domínios morfoclimáticos.

## Sumário

Geografia do Brasil: formação territorial e padrões espaciais

Tema 1 – A América Portuguesa e o Brasil

- ★ 1.1. Portugal e os “fundos territoriais”
- ★ 1.2. A expansão marítima
- ★ 1.3. Organização política e administrativa das terras “do outro lado”

Tema 2 – O Império e a Construção da Unidade

- ★ 2.1. A Ideologia do Brasil-Colônia
- ★ 2.2. O território no Império Luso-Americano
- ★ 2.3. O Império Brasileiro: escravismo e fundos territoriais

Tema 3 – A República Federativa do Brasil: fronteiras e limites

- ★ 3.1. A gênese das fronteiras brasileiras
- ★ 3.2. A faixa de fronteira: isolamento ou integração?
- ★ 3.3. Poder central e autonomia estadual

## Tema 4 – Região e Regionalização

- ★ 4.1. As regiões do IBGE
- ★ 4.2. Os Complexos Regionais
- ★ 4.3. A difusão do meio técnico científico e regionalização

## Tema 5 – A Natureza na formação territorial do Brasil

- ★ 5.1. Os Domínios Morfoclimáticos
- ★ 5.2. Os domínios florestados
- ★ 5.3. Os domínios das formações herbáceas e arbustivas



UNESP – Universidade Estadual Paulista  
Pró-Reitoria de Pós-Graduação  
Rua Quirino de Andrade, 215  
CEP 01049-010 – São Paulo – SP  
Tel.: (11) 5627-0561  
www.unesp.br



Governo do Estado de São Paulo  
Secretaria de Estado da Educação  
Coordenadoria de Estudos e Normas Pedagógicas  
Gabinete da Coordenadora  
Praça da República, 53  
CEP 01045-903 – Centro – São Paulo – SP



**SECRETARIA  
DA EDUCAÇÃO**





UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA  
"JÚLIO DE MESQUITA FILHO"

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

Governador  
Geraldo Alckmin

SECRETARIA ESTADUAL DA EDUCAÇÃO DE SÃO PAULO (SEESP)

Secretário  
Herman Jacobus Cornelis Voorwald

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA

Vice-Reitor no Exercício da Reitoria  
Julio Cezar Durigan

Chefe de Gabinete  
Carlos Antonio Gamero

Pró-Reitora de Graduação  
Sheila Zambello de Pinho

Pró-Reitora de Pós-Graduação  
Marilza Vieira Cunha Rudge

Pró-Reitora de Pesquisa  
Maria José Soares Mendes Giannini

Pró-Reitora de Extensão Universitária  
Maria Amélia Máximo de Araújo

Pró-Reitor de Administração  
Ricardo Samih Georges Abi Rached

Secretária Geral  
Maria Dalva Silva Pagotto

FUNDUNESP - Diretor Presidente  
Luiz Antonio Vane

Pró-Reitora de Pós-graduação

Marilza Vieira Cunha Rudge

Equipe Coordenadora

Elisa Tomoe Moriya Schlünzen

Coordenadora Pedagógica

Ana Maria Martins da Costa Santos

Cláudio José de França e Silva

Rogério Luiz Buccelli

Coordenadores dos Cursos

Arte: Rejane Galvão Coutinho (IA/Unesp)

Filosofia: Lúcio Lourenço Prado (FFC/Marília)

Geografia: Raul Borges Guimarães (FCT/Presidente Prudente)

Antônio Cezar Leal (FCT/Presidente Prudente) - *sub-coordenador*

Inglês: Mariangela Braga Norte (FFC/Marília)

Química: Olga Maria Mascarenhas de Faria Oliveira (IQ Araraquara)

Equipe Técnica - Sistema de Controle Acadêmico

Ari Araldo Xavier de Camargo

Valentim Aparecido Paris

Rosemar Rosa de Carvalho Brena

Secretaria/Administração

Vera Reis

## NEaD – Núcleo de Educação a Distância

*(equipe Redefor)*

Klaus Schlünzen Junior

Coordenador Geral

Tecnologia e Infraestrutura

Pierre Archag Iskenderian

Coordenador de Grupo

André Luís Rodrigues Ferreira

Guilherme de Andrade Lemeszenski

Marcos Roberto Greiner

Pedro Cássio Bissetti

Rodolfo Mac Kay Martinez Parente

Produção, veiculação e Gestão de material

Elisandra André Maranhe

João Castro Barbosa de Souza

Lia Tiemi Hiratomi

Lili Lungarezi de Oliveira

Marcos Leonel de Souza

Pamela Gouveia

Rafael Canoletti

Valter Rodrigues da Silva